

GABINETE DO GOVERNADOR



**DISCURSOS DE SUA EXCELÊNCIA
O GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
ROGÉRIO ZANDAMELA
2016 -2017**

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**DISCURSOS DE SUA EXCELÊNCIA
O GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE
ROGÉRIO ZANDAMELA
2016/17**

EDIÇÃO

GABINETE DO GOVERNADOR

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

MAPUTO, NOVEMBRO DE 2021

ÍNDICE

- 7** TOMADA DE POSSE COMO GOVERNADOR DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

- 15** BRINDE COM O SISTEMA FINANCEIRO

- 23** ENCONTRO COM EMBAIXADORES E PCA'S DOS BANCOS E INSTITUIÇÕES E SOCIEDADES FINANCEIRAS

- 29** ABERTURA 41.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

- 41** ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO 41.º CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE”

- 49** FÓRUM DOS VICE-GOVERNADORES E SECRETÁRIOS PERMANENTES ADJUNTOS DA REGIÃO DO MEFMI

- 55** 5.ª MESA REDONDA DE LÍDERES DA INICIATIVA AFRICANA DE POLÍTICA DE SERVIÇOS FINANCEIROS POR VIA DE TELEMÓVEL (AMPI)

- 61** LANÇAMENTO DA SÉRIE 2017 DE NOTAS DO METICAL – CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

65 INAUGURAÇÃO DOS NOVOS EDIFÍCIOS DA SEDE

69 BRINDE ALUSIVO AO ENCERRAMENTO DO ANO
ECONÓMICO

**TOMADA DE POSSE COMO GOVERNADOR
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

A necessária melhoria da transparência e da credibilidade da economia moçambicana exige e continuará exigindo o esforço colectivo das nossas instituições e sacrifícios dos cidadãos. Mas devemos ver essa fase desafiante para Moçambique, em termos económicos e políticos, como uma transição evidente para um futuro promissor, com maior crescimento económico, mais justiça social e maior bem-estar para a sociedade moçambicana.

”

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Eu sou um filho de Moçambique, nascido em Inhambane, em 1957. Estive fora por algumas décadas, é facto, mas nunca abri mão da minha nacionalidade moçambicana. Aqui estou e venho manifestar o quanto me sinto honrado com esta oportunidade de contribuir, como Governador do Banco de Moçambique, para o restabelecimento da estabilidade macroeconómica do nosso país, nesse momento de conjuntura adversa.

Estou ciente dos desequilíbrios internos e externos que a economia moçambicana está a enfrentar e abraço plenamente a missão do Banco de Moçambique de “preservar o valor da moeda nacional e promover um sector financeiro nacional sólido e eficiente”. Para o efeito, coloco a serviço do meu país, o meu compromisso e a minha competência, assentes na minha formação e actuação académica na Itália, França e Estados Unidos.

Para a gestão da política monetária e da estabilidade financeira de Moçambique, que agora me confiam, ofereço a experiência adquirida no Fundo Monetário Internacional ao longo de 28 anos. Como economista, representante-residente e chefe de missão acompanhei a evolução do arcabouço institucional e a conjuntura económica de diversas economias em África, América Central e América Latina, Ásia, Caribe, Leste Europeu e Oriente Médio.

Gostaria, portanto, de partilhar com os senhores e senhoras a minha visão da situação actual de Moçambique. Na primeira década do século XXI, as economias emergentes e de fronteira apresentaram crescimento elevado, acima da sua média histórica, e mostraram notável resiliência ante a grave crise financeira internacional que debilitou as grandes economias avançadas a partir de 2008. Mas, nos últimos anos, o crescimento das economias em desenvolvimento desacelerou, e tal tendência foi agravada pela intensificação das incertezas sobre o ritmo de crescimento da China e o impacto do declínio sustentado dos preços internacionais das matérias-primas.

O sentimento dos investidores internacionais, nesse cenário, tornou-se cada vez mais sensível a evolução das expectativas de cresci-

mento global, implicando a recorrência de surtos de instabilidade nos mercados financeiros. O que se vislumbra então para 2016 é um ambiente externo com nítido viés de menor crescimento global e a manutenção de níveis elevados de incerteza — o que tem favorecido a continuidade das políticas de sustentação da ampla liquidez internacional por parte das economias avançadas.

Não faltam e nem faltarão exemplos históricos de crises externas severas que resultaram em quedas expressivas da renda e do produto em países em desenvolvimento, com impactos desastrosos sobre a sociedade. Actualmente, a evidência mais notável dessa percepção do agravamento das perspectivas económicas, a nível global, tem sido a depreciação acentuada das moedas de economias emergentes e em desenvolvimento em relação ao Dólar dos Estados Unidos.

Essa conjuntura internacional amplamente desfavorável tem imposto à economia de Moçambique choques adversos persistentes. Primeiramente, observamos o agravamento sustentada dos termos de troca, advinda do declínio continuado dos preços das matérias-primas. Contribuem, em especial, para a deterioração da nossa balança de pagamentos, a redução da assistência financeira internacional e do ingresso de investimentos estrangeiros directos, especialmente os não relacionados aos megaprojectos de extração e processamento de gás liquefeito e de extração de carvão.

Estou ciente de que as perspectivas para a inflação não são confortáveis de momento, dados os sinais de aceleração inflacionária a médio prazo. Calamidades naturais recentes intensificaram a escassez da produção nacional de produtos agrícolas, a qual tem sido agravada pela intensificação da instabilidade político-militar. A volatilidade dos preços internacionais das principais mercadorias que exportamos também permanece como risco relevante para a sustentabilidade da balança de pagamentos e para a retoma da actividade económica.

A responsabilidade do Banco de Moçambique torna-se ainda mais decisiva para o resgate da solidez de nossos fundamentos económicos, uma vez que a crise económica e política que enfrentamos tem tido impactos negativos persistentes sobre o nosso Metical. Devemos então enaltecer os notáveis esforços de nossos gestores

macroeconómicos no último ano, nos âmbitos fiscal e monetário, para a restauração da sustentabilidade externa, de forma a assegurar o nível adequado de reservas internacionais e preservar os programas sociais críticos.

Estou convicto ainda que o aprofundamento das acções do Banco de Moçambique e os esforços de consolidação fiscal, recentemente implementados, contribuirão para reestabelecer a estabilidade macroeconómica, com o declínio sustentado da taxa de inflação, apesar da pressão dos reajustes dos preços administrados e da depreciação cambial. Nesse sentido, devemos reconhecer a importância do activismo do Banco de Moçambique para estabilizar a nossa moeda, destacando-se a unificação do mercado segmentado de câmbio, fundamental para a elevação da efectividade das intervenções cambiais do Banco de Moçambique.

Devemos admitir que esse cenário não é muito favorável mas, com uma visão prospectiva, acredito firmemente que o nosso horizonte macroeconómico de médio prazo é positivo. A retoma do crescimento não tardará, pois Moçambique está a preparar-se para ingressar na lista das mais importantes fontes de energia do mundo. Estima-se que a melhoria na nossa infraestrutura física, associada aos projectos de redução dos constrangimentos em redes de energia e de transportes de carvão, poderá triplicar as nossas exportações no curto prazo.

Estou confiante de que esses investimentos de grande escala, planificados e em curso, vão favorecer a retoma da nossa trajectória de robusto crescimento já no próximo ano. Apesar das dificuldades que não podem ser negadas, tem prevalecido a percepção de que as companhias de gás e petróleo mantêm sua confiança na viabilidade dos seus projectos em Moçambique.

Não podemos, portanto, fugir à nossa responsabilidade de fortalecer as condições para a retoma do crescimento, tão necessário à redução da pobreza e desigualdades sociais de nossa sociedade. É minha percepção que é necessário, portanto, acelerar a concretização da nossa parceria com os capitais estrangeiros, para reduzir as pressões sobre a nossa balança de pagamentos e favorecer o fortalecimento do Metical.

Nesse meio tempo, Moçambique precisa reestabelecer os programas com o Fundo Monetário Internacional, instituição que vinha avalizando perante os mercados, até recentemente, os avanços em nossas reformas estruturais e nossa firme intenção de estabilizar a situação económica e financeira do nosso país.

A necessária melhoria da transparência e da credibilidade da economia moçambicana exige e continuará exigindo o esforço colectivo das nossas instituições e sacrifícios dos cidadãos. Mas devemos ver essa fase desafiante para Moçambique, em termos económicos e políticos, como uma transição evidente para um futuro promissor, com maior crescimento económico, mais justiça social e maior bem-estar para a sociedade moçambicana.

Preciso ressaltar que a conquista da estabilidade macroeconómica é um desafio permanente e complexo, a ser enfrentado com a consistência das políticas públicas ao longo do tempo; e é com grande honra que assumo um cargo em que a defesa da estabilidade macroeconómica deve ser inequívoca e permanente. Em paralelo, todos precisamos nos comprometer integralmente com a manutenção da responsabilidade fiscal e monetária e perseverar nas reformas macroeconómicas necessárias à sustentabilidade do crescimento com inclusão social.

Senhor Presidente da República, Filipe Nyusi, e Senhor Primeiro-Ministro, Carlos do Rosário, agradeço a confiança em mim depositada. Eu assumo o compromisso de trabalhar, no limite das minhas possibilidades, para contribuir para a consolidação desse futuro estável e próspero, no qual a elevação do bem-estar social alcançará todos os cidadãos moçambicanos.

Nesse sentido, o Banco de Moçambique, sob o meu comando, continuará comprometido com a defesa da estabilidade do poder de compra dos cidadãos moçambicanos e com o aperfeiçoamento do nosso sistema financeiro, de forma impulsionar mais ainda os investimentos em nossa economia tão promissora.

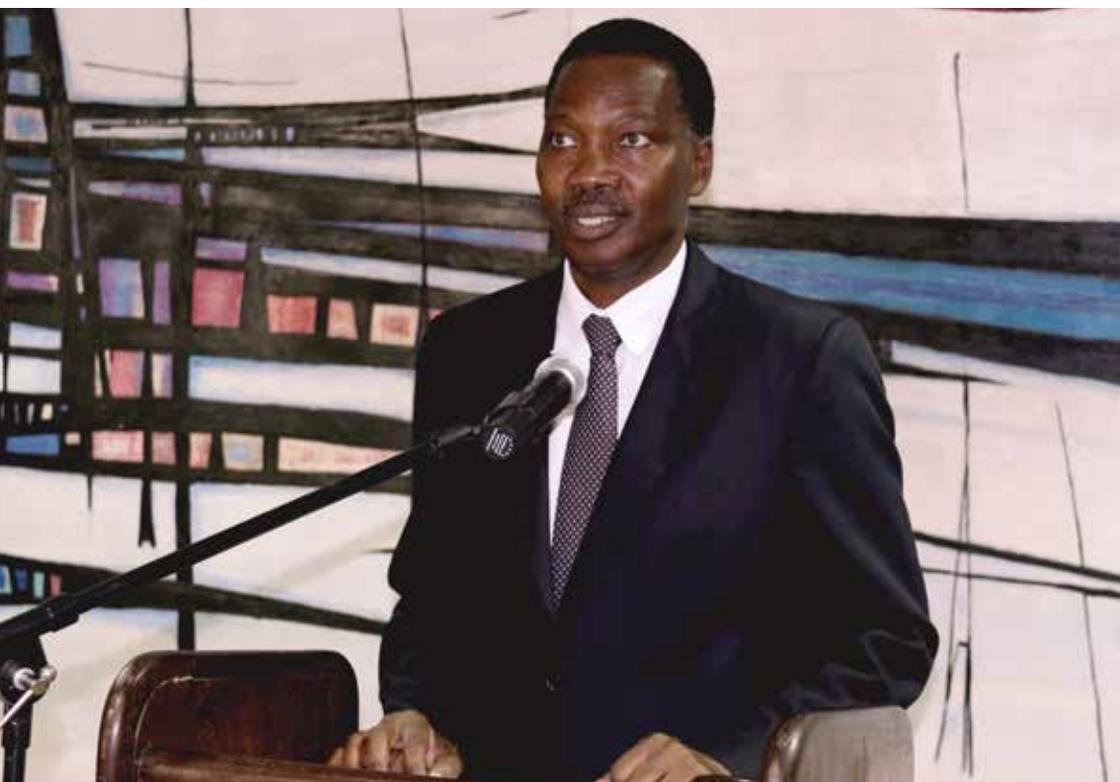
Somente com o empenho de todos, a recuperação da estabilidade económica e a retoma do crescimento irão assegurar o desenvolvimento da nossa infraestrutura física e o acesso de nossa população

a serviços de educação e saúde de qualidade. Elevaremos assim o nosso potencial para crescer e redistribuir renda nos anos vindouros. Apesar de todos os desafios do presente, estamos a preparar-nos para um futuro auspicioso que não tardará!

Muito obrigado!

Maputo, 1 de Setembro de 2016

BRINDE COM O SISTEMA FINANCEIRO



“

O ano de 2016 foi um ano difícil, marcado por uma conjuntura económica e financeira extremamente complexa, a espelhar os riscos domésticos e internacionais que impuseram sacrifícios enormes aos nossos compatriotas e maiores exigências a todas as instituições.

”

Início a minha intervenção cumprimentando, em meu nome e do Conselho de Administração do Banco de Moçambique, a todos os presentes nesta cerimónia de brinde de fim de ano que habitualmente organizamos para fazer o balanço preliminar do ano prestes a findar e apresentar as nossas perspectivas para o ano que se avizinha.

É a primeira vez que oriento este acto na qualidade de Governador do Banco de Moçambique. Assim, tomo esta oportunidade para reiterar o meu profundo reconhecimento e gratidão à Sua Excelência o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, pela confiança que em mim depositou para liderar o Banco de Moçambique. No cumprimento desta nobre missão, espero continuar a merecer o apoio e a colaboração de todos os parceiros do sistema financeiro moçambicano, das instituições do Governo, dos parceiros internacionais e dos colaboradores do nosso banco central.

Quero igualmente endereçar uma palavra de apreço ao nosso Governo pelo trabalho que vem realizando nos vários domínios de políticas públicas visando o restabelecimento da paz e o crescimento sustentável da nossa economia.

Aproveito esta ocasião para endereçar uma saudação especial às instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no nosso país, ao sector privado, às associações económicas e sócio-profissionais, à comunidade académica, aos parceiros de cooperação internacional e à comunicação social, pela inestimável colaboração que prestam ao Banco de Moçambique, contribuindo de diversas formas para a melhoria da nossa actuação, no cumprimento do mandato que nos está atribuído por lei.

O ano de 2016 foi um ano difícil, marcado por uma conjuntura económica e financeira extremamente complexa, a espelhar os riscos domésticos e internacionais que impuseram sacrifícios enormes aos nossos compatriotas e maiores exigências a todas as instituições.

Ao nível doméstico, o ano em revista registou choques climáticos severos com impactos assinaláveis no comportamento dos principais indicadores económicos e financeiros. A instabilidade militar agravou este cenário, condicionando a circulação de pessoas e bens e a normal actividade das famílias e empresas.

No plano internacional, a volatilidade dos preços das principais matérias primas exacerbou o nervosismo dos mercados e junto dos investidores, com repercussões negativas nos fluxos de investimento directo estrangeiro direccionados para a África Subsaariana em geral, e para Moçambique em particular.

A suspensão do apoio externo ao orçamento do Estado e à balança de pagamentos, bem assim do programa que Moçambique vinha mantendo com o Fundo Monetário Internacional, na sequência das dívidas não declaradas, com garantias do Estado, afectou profundamente a credibilidade e a confiança que o país gozava na arena internacional, com reflexos negativos nas instituições nacionais perante os cidadãos.

Além disso, a redução dos fluxos de investimento directo em projectos estruturantes da economia agravou as condições de financiamento da economia e a disponibilidade de divisas no mercado cambial.

Perante estas condições adversas, nos primeiros nove meses de 2016, observámos uma deterioração dos principais indicadores da nossa economia. Com efeito, o PIB moçambicano cresceu, em termos reais, apenas 4%, contra 6,8% em igual período de 2015.

Até Setembro de 2016, a taxa de câmbio superou os 80 meticais por Dólar dos EUA nos bancos comerciais, traduzindo uma depreciação de cerca de 66%. Sendo Moçambique um importador líquido, a elevada depreciação da taxa de câmbio afectou, de imediato, o nível geral de preços. Por seu turno, a inflação homóloga acelerou de 6% em Novembro de 2015 para 28,1% em Novembro de 2016. Sem dúvidas que esta análise toma também em consideração o efeito dos ajustamentos ocorridos nos preços administrados, alguns dos quais se mantinham inalterados desde 2010.

As reservas internacionais líquidas baixaram de USD 1.990 milhões no fecho de 2015 para 1.676 milhões em Outubro de 2016 – o nível mais baixo dos últimos anos.

Para o ajuste macroeconómico que se impunha, o Banco de Moçambique tomou medidas de maior restritividade da política mo-

netária, incrementando em 600 pontos base as taxas de referência do mercado monetário interbancário, assim como aumentando e unificando os coeficientes de reservas obrigatórias para moedas nacional e estrangeira ao nível de 15,5%.

Outras acções foram sendo tomadas para o reforço da disciplina e transparência do mercado, com destaque para a obrigatoriedade de os bancos passarem a reportar as taxas de câmbio praticadas com os seus clientes, três vezes ao longo do dia, entre outras.

A informação mais recente reportada ao último trimestre do ano apresenta-se mais encorajadora. Notamos que o ajuste monetário realizado começou a produzir os efeitos desejados, estando a inflação, a taxa de câmbio e os agregados monetários e creditícios que monitoramos a evoluir de forma consistente com a trajectória que sustenta os fundamentos da estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

Com efeito, a taxa de câmbio do Metical tem-se apresentado mais estável e com tendência a apreciação, cotando-se o Dólar dos EUA em redor dos 72 meticais até ao dia 16 de Dezembro, ou seja, uma apreciação nominal de 9,0% relativamente à taxa mais alta registada no mercado. A depreciação acumulada afrouxou substancialmente para 54%.

Assim, temos fortes razões para acreditar que a inflação iniciou um ciclo de abrandamento, apontando, as nossas previsões, que a mesma se situe em redor dos 27% em finais de Dezembro, numa tendência decrescente que prosseguirá em 2017.

Refira-se, igualmente, que, entre Outubro e Dezembro observámos uma tendência para a venda de divisas ao Banco de Moçambique por iniciativa dos bancos comerciais, totalizando cerca de USD 174 milhões, que não tem comparação com os últimos anos.

Esta inversão de cenário permitiu ao Banco de Moçambique constituir reservas internacionais, tendo o seu saldo incrementado para cerca de USD 1.760 milhões, suficiente para cobrir 3,5 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos.

Em 2016 o Banco de Moçambique interveio em duas instituições de crédito, assumindo a gestão directa do Moza Banco e revogando a licença de exercício de actividade do Nosso Banco. Estas intervenções, feitas à luz do mandato que o legislador confere ao Banco de Moçambique, na sua qualidade de regulador e supervisor das instituições de crédito e sociedades financeiras, tiveram em vista mitigar o risco de contágio para todo o sistema, proteger os interesses dos depositantes e dos demais credores, bem assim a estabilidade dos mercados.

Não há dúvidas de que após estas intervenções, o sistema financeiro moçambicano reforçou as suas condições de solidez e capitalização, com o rácio de solvabilidade médio a situar-se em 14,6%, bem acima dos 8% regulamentares.

Quero aproveitar esta ocasião para apelar aos bancos comerciais e sociedades financeiras que operam no nosso mercado, a continuarem a observar os mais altos padrões de rigor e profissionalismo na ponderação de riscos que a actividade financeira acarreta, bem assim as regras de governança corporativa, para que continuem a merecer o reconhecimento e a confiança dos accionistas, clientes e público em geral.

Os desenvolvimentos económicos reportados ao último trimestre do ano indicam uma melhoria dos indicadores, abrindo, assim, perspectivas mais optimistas para o ano de 2017, sem descurar que os riscos da conjuntura doméstica e internacional continuam elevados.

Para além do reforço da coordenação de políticas monetária e fiscal, julgamos pertinente continuarmos a trabalhar afincadamente para resgatar a reputação e a credibilidade do país e das suas instituições, nos planos internacional e doméstico.

O principal desafio para 2017, a par de factores climáticos, que estão fora do nosso controlo, continua a ser a paz e a livre circulação de pessoas e bens por todo o território nacional, para permitir que a actividade económica tenha lugar dentro da normalidade e que o elevado potencial que o país possui na agricultura, turismo, energia, pescas e transportes seja devidamente aproveitado. Tendo

em vista reduzir os riscos fiscais, mostra-se igualmente necessário assegurar a sustentabilidade do crescimento da despesa pública e o aumento das receitas domésticas do Governo, num cenário de imprevisibilidade dos desembolsos da ajuda externa.

No que nos compete, continuaremos a trabalhar em estreita parceria com as instituições do Governo para a rápida retoma do programa com as instituições de *Bretton Woods*, como prioridade para o reforço da confiança junto dos investidores e mercados internacionais e para permitir o retorno dos fluxos de capitais para o país.

Outro desafio para Moçambique, em 2017, é tornar os grandes projectos de exploração do gás no norte do país em motor de diversificação da economia, nomeadamente através da inclusão das pequenas e médias empresas e ainda do uso da receita por eles gerada para investir na implementação das prioridades contidas na agenda nacional.

Sob o ponto de vista da gestão da política monetária, continuaremos a tomar as medidas que se mostrarem adequadas, e em tempo oportuno, visando contribuir para a estabilização macroeconómica, particularmente a inflação, cuja previsão é de cerca de 14% no final de Dezembro de 2017, com crescimento económico em torno de 5,5%.

Ao nível do sector financeiro, perante os riscos de conjuntura doméstica e internacional que se apresentam, vamo-nos manter atentos e vigilantes à evolução do sector, reforçando a supervisão prudencial através de inspeções *off* e *on-site* para assegurar que as instituições que operam no país sigam as boas práticas internacionais e cumpram, rigorosamente, com as recomendações e normas emitidas pelo Banco de Moçambique.

Neste contexto, muito recentemente, instruímos as instituições de crédito a publicarem, trimestralmente, com efeitos a partir de Março de 2017, informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez.

Adicionalmente, visando reforçar a transparência no mecanismo de formação das taxas de juro que os bancos praticam com os seus

clientes, o Banco de Moçambique está a negociar, com a Associação Moçambicana de Bancos, o estabelecimento de um indexante que deverá ser único para todo o sistema bancário e que reflecta as condições de mercado.

Será com base neste indexante que os bancos formarão as suas taxas das operações de crédito para as diversas operações com os seus clientes, devendo os respectivos *spreads* ser amplamente divulgados, permitindo, deste modo, oferecer aos clientes do sistema bancário instrumentos transparentes de negociação da taxa final de cada empréstimo a contratar.

Esperamos que esta negociação com a Associação Moçambicana de Bancos esteja concluída em breve e a mesma contemplará a cessação do mecanismo actual de indexação das taxas de juro do crédito bancário à taxa mais alta do mercado monetário interbancário (Facilidade Permanente de Cedência de liquidez do Banco de Moçambique), devendo esta assumir o seu papel de taxa penalizadora das operações que se realizam no mercado monetário interbancário.

Vamos, igualmente, manter as acções em curso visando incentivar e contribuir para a inclusão financeira no país, seja através da presença física de bancos, seja com recurso aos meios electrónicos.

Ainda no decurso do ano em revista, o Comité Directivo da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro aprovou a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, cabendo ao Banco de Moçambique liderar a sua implementação no que tange às acções de construção de um sistema financeiro cada vez mais inclusivo e abrangente, fomentando o conhecimento, acesso e uso contínuo de produtos e serviços financeiros adequados para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da nossa população.

Concluo, agradecendo a vossa presença nesta cerimónia, desejando a todos e às vossas estimadas famílias, festas felizes e um próspero 2017!

Muito obrigado!

Maputo, 19 de Dezembro de 2016

**ENCONTRO COM EMBAIXADORES E PCA'S
DOS BANCOS E INSTITUIÇÕES
E SOCIEDADES FINANCEIRAS**



“

Hoje, as reservas começam a ficar equilibradas e já podemos falar com alguma tranquilidade que já estamos acima de três meses de importação(...)

”

É a primeira vez que oriento este evento na qualidade de Governador do Banco de Moçambique. Dadas as vossas condições de representantes de Governos, que são os nossos parceiros na área económica e financeira e ao mesmo tempo como Presidente de Conselho de Administração de bancos comerciais e instituições financeiras e de crédito que fazem a intermediação dos fluxos financeiros para várias actividades da nossa economia.

A vossa contribuição no cumprimento da nossa missão de alcançar um crescimento rápido, sustentável e equitativo, é, certamente, inestimável. Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para partilhar, com todos os presentes, um balanço visão do Banco de Moçambique, em torno da situação económica, bem assim dos principais desafios para o ano de 2017.

Esta é também uma oportunidade para informar aos presentes que, na próxima semana, teremos o Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que vai decorrer durante três dias, sendo que os dois primeiros dias serão dedicados a debates de temas internos da instituição, e no terceiro apresentaremos um tema público, para o qual contamos com a contribuição de todos os participantes.

BALANÇO ECONÓMICO

O ano de 2016 foi extremamente difícil para a nossa economia, e obrigou o Banco de Moçambique e outras instituições do Estado a tomar medidas arrojadas e difíceis para estabilizar as contas e ajustar a economia, por forma a sustentar o crescimento equitativo que desejamos.

A economia sofreu vários choques externos e internos, nomeadamente, secas, cheias, tensão político-militar e dívidas não declaradas. A suspensão das despesas teve um impacto enorme na balança de pagamentos, e maior impacto no orçamento do Estado.

O Banco de Moçambique ressentiu-se da escassez de divisas nesse ambiente doméstico e internacional, onde em um ano perdeu 1 bilião de dólares norte-americanos, o que comprometeu, sobretudo, a solvabilidade do Estado e, de certa maneira, teve implicações para o Metical que entrou numa depreciação desestabilizadora, com impactos sobre a inflação que atingiu níveis elevados, cujo pico foi de 27%, em Novembro do ano passado. Entretanto,

estamos a registar um abrandamento da inflação como resultado das medidas que tomámos.

No contexto da degradação dos indicadores macroeconómicos, o Banco de Moçambique tomou medidas de restrição rigorosa em todas as áreas e o efeito foi positivo. Era exactamente o que o país precisava e houve uma resposta positiva dos indicadores do ponto de vista de inflação e de reservas. O Banco de Moçambique olhou para as reservas a partir de Outubro, e foi nessa altura que tomámos as medidas e notámos que os bancos venderam ao banco central mais de USD 250 milhões, de Outubro a Dezembro de 2016, o que contribuiu bastante para a nossa capacidade de honrar os nossos compromissos, com destaque para a área de combustíveis e bens essenciais.

Hoje, as reservas começam a ficar equilibradas e já podemos falar com alguma tranquilidade que já estamos acima de três meses de importação, se comparados com o período de Setembro de 2016, o que mostra que as reservas aumentaram.

Em relação ao comportamento do Metical face ao Dólar dos EUA em 2014, o câmbio era de 30 meticais e em Setembro de 2016 atingiu o pico de 82 meticais. Na nossa opinião, em dois anos não se pode trabalhar num contexto de volatilidade exagerada dessas variáveis. Hoje o câmbio começa a registar recuo e podemos afirmar que está ao redor de 70 meticais.

Conseguimos controlar o pânico com resultados melhores dos que esperávamos e este foi um esforço conjunto de todos os trabalhadores do Banco de Moçambique que directa ou indirectamente contribuíram para esse feito.

Apesar do sistema financeiro, na sua globalidade, ser sólido, tomámos medidas pontuais para dar-lhe uma normalidade, e rapidamente enfrentámos problemas pontuais que estavam a ameaçar a estabilidade do mesmo como um todo, e tivemos que tomar medidas para intervir nas instituições que estavam a causar pânico no mercado.

Em situações desta natureza o Banco de Moçambique e o respectivo Governador não têm opção, pois a Lei é clara e o legislador deu poderes ao Banco de Moçambique para que as instituições que

se encontram nestas circunstâncias sejam intervencionadas, e, em alguns casos, saiam do mercado para que o sistema possa continuar a fluir, pois é para o bem do sistema financeiro que devemos trabalhar com instituições sólidas.

DESAFIO

A consolidação fiscal é o nosso principal desafio. Tomámos medidas monetárias e houve esforços da parte fiscal. Temos o desafio da consolidação fiscal e das reformas das empresas públicas, e é do conhecimento de todos que as empresas públicas estão com problemas sérios. Sem resolver o problema fiscal é praticamente impossível resolver a questão das empresas públicas. Eu gosto de ver tudo como um conjunto. Há um desafio enorme e as reformas são necessárias no Estado.

O desafio fiscal e as reformas, de um modo geral, são necessárias porque foram tomadas medidas monetárias, mas em si não são suficientes. São medidas que criam espaço para que se repare a reforma fiscal e todas outras reformas necessárias. Nós fizemos um ajuste bem visível na economia, mas poderia ter sido melhor se as reformas tivessem sido feitas de forma conjunta, para que 2017 seja um ano melhor que 2016.

Devido a problemas fiscais tivemos que actuar no mercado monetário e drenar liquidez para o financiamento às empresas públicas e ao Estado. Isto obrigou o Banco de Moçambique a ter que restringir a política monetária mais do que seria necessário e fez com que as taxas de juro fossem elevadas, quer as activas como as passivas, o que por sua vez cria problemas a médio prazo.

Na próxima semana realiza-se o Conselho Consultivo cujo o objectivo é melhorar a gestão na área de política monetária, na busca de uma maior transparência e comunicação e melhor envolvimento com a sociedade. Com o tema a ser abordado no terceiro dia, sentimos a necessidade de modernizar a nossa política monetária e melhorar os instrumentos de actuação.

Muito obrigado!

Maputo, 18 de Janeiro de 2017

**ABERTURA 41.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

Continuaremos a prestar maior atenção à nossa estratégia de comunicação com o público, com vista ao reforço da sua regularidade, tempestividade, transparência e clareza, focando-nos em áreas ligadas não apenas à política monetária, onde já demos passos mais assinaláveis, como também outras áreas de actuação do Banco, com o intuito de contribuir para a redução da assimetria de informação entre os diversos actores no mercado.

”

Iniciamos hoje os trabalhos do 41.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, órgão de consulta do Conselho de Administração. Esta reunião anual realiza-se no nosso Centro Cultural, no quadro da rotação definida para o efeito.

Quero, em nome do Conselho de Administração, e em meu nome, saudar a todos os participantes provenientes das diferentes unidades de estrutura do Banco, da sede e filiais, desejando, em especial aos que residem fora de Maputo, votos de uma boa estadia na nossa capital.

Antes de mais, permitam-me que, em nome do Conselho de Administração e em meu nome, felicite o Dr. Victor Pedro Gomes, pela sua nomeação para o cargo de Vice-Governador do Banco de Moçambique, o que veio preencher o quadro de governação do Banco, nos termos da Lei Orgânica do Banco de Moçambique. Senhor Vice-Governador, boas-vindas à casa que bem conhece e desejamos-lhe votos de muitos sucessos nas novas funções que lhe foram confiadas.

É pela primeira vez que oriento o Conselho Consultivo na qualidade de Governador do Banco de Moçambique, em exercício desde Setembro de 2016. Permitam-me que aproveite esta oportunidade para expressar a minha gratidão, em primeiro lugar, à Sua Excelência o Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, que me confiou esta nobre missão e, em segundo lugar, Conselho de Administração, gestores e trabalhadores desta instituição, pelo apoio e colaboração que me têm concedido para o sucesso das minhas funções.

Nesta ocasião, gostaria de reiterar o meu reconhecimento e do Conselho de Administração a todos os trabalhadores do Banco pela dedicação e profissionalismo demonstrados nas diferentes frentes em que o Banco está envolvido, contribuindo, assim, para que realizemos, com êxito, o mandato que nos está reservado de banco central da República de Moçambique.

Cumpre-me igualmente saudar, os colaboradores do Banco que, no ano de 2016 e no mês em curso, passaram à situação de reforma, depois de muitos anos de trabalho árduo, que enriquece a história da nossa instituição.

Desde o último Conselho Consultivo registámos, com mágoa, a perda de colegas, no activo e na situação de reforma, vítimas de enfermidades diversas, em memória dos quais peço que observemos um minuto de silêncio.

Em 2016 a política monetária foi orientada para o alcance dos objectivos de política macroeconómica definidos pelo Governo. Tendo sido um ano atípico, estes objectivos sofreram algumas revisões ao longo do ano, visando o seu alinhamento à tendência dos principais indicadores.

O desempenho dos principais indicadores macroeconómicos, em 2016, espelha a natureza dos choques a que o nosso país esteve sujeito, tais como choques climáticos severos, a instabilidade político-militar e a suspensão do apoio externo ao orçamento do Estado e à balança de pagamentos, por parte dos parceiros de apoio programático, na sequência das dívidas não declaradas, com garantias do Estado, que afectou a credibilidade do país na arena internacional.

A primeira vaga de medidas de política tomadas visando contrariar as graves perturbações e desequilíbrios macroeconómicos que vínhamos enfrentando, não foram suficientemente fortes para evitar a queda dos principais indicadores macroeconómicos nos primeiros nove meses de 2016. Assim, o PIB cresceu apenas 4%, após 6,8% em igual período de 2015, os fluxos de investimento directo estrangeiro e as receitas de exportação reduziram fortemente.

Os reflexos imediatos foram visíveis na escassez de divisas na economia, uma forte pressão sobre as reservas internacionais líquidas do país, que reduziram para níveis de cobertura inferiores a três meses, e uma volatilidade da taxa de câmbio do Metical com impactos diversificados nas expectativas dos agentes económicos.

Tendo em conta o objectivo supremo que nos guia de tudo fazer para controlar uma excessiva variação de preços, perante as condições específicas de liquidez que a economia e o sistema bancário apresentava, o Banco de Moçambique tomou, ao longo do ano, medidas de maior restritividade da política monetária.

A situação registada até Setembro obrigou-nos à tomada de medi-

das de maior aperto, tendo o Comité de Política Monetária, na sua reunião de Outubro de 2016, decidido aumentar as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência e da Facilidade Permanente de Depósitos em 600 pontos base cada, fixando-as em 23,25% e 16,25%. Adicionalmente, introduziu-se um novo regime de reservas obrigatórias, primeiro com coeficientes diferenciados para moeda nacional e moeda estrangeira, e depois, a partir de Outubro, com coeficientes idênticos e fixados ao nível de 15,5%, para ambos os passivos em moedas nacional e estrangeira.

O aperto monetário, conjugado com as medidas orçamentais de maior rigor do lado da despesa pública, permitiu retirar muita liquidez do sistema bancário, alterando a tendência dos indicadores macro-financeiros e forçando a uma alteração das expectativas dos agentes económicos sobre as perspectivas económico-financeiras de curto e médio prazos.

A nossa avaliação mostra que o mercado assumiu o espírito das medidas de restritividade que tomámos, tendo a taxa de câmbio invertido o ciclo de depreciação que vinha registando e, consequentemente, a inflação anual recuado em Dezembro, após o pico de cerca de 27% registado em Novembro, tendência de abrandamento que poderá manter-se nos próximos meses.

Adicionalmente, em resultado destas medidas, no período de Outubro e Dezembro de 2016, por iniciativa dos bancos comerciais, o Banco de Moçambique comprou, no mercado interbancário, um total de USD 258 milhões, invertendo a queda de reservas que se registou até Outubro, elevando assim o saldo para USD 1.839 milhões no fecho do ano, equivalente a 3,6 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as operações dos grandes projectos.

Outras acções foram sendo tomadas para o reforço da disciplina e transparência do mercado, com destaque para a obrigatoriedade de os bancos passarem a reportar as taxas de câmbio praticadas com a sua clientela, três vezes ao longo do dia, entre outras.

A par da estabilidade macroeconómica, para nós a estabilidade financeira constitui um objectivo que perseguimos sem desfalecer.

Em 2016, perante a deterioração dos indicadores prudenciais de solidez, seja na óptica de solvabilidade, como de liquidez e gestão alinhada às boas práticas, interviemos em duas instituições de crédito, assumindo a gestão directa do Moza Banco e revogando a licença de exercício de actividade do Nosso Banco.

As nossas actuações foram feitas à luz do mandato que o legislador confere ao Banco de Moçambique, de regulador e supervisor das instituições de crédito e sociedades financeiras, e tiveram em vista mitigar o risco de contágio para todo o sistema, proteger os interesses dos depositantes e dos demais credores, bem assim a estabilidade dos mercados.

Não temos dúvidas de que após estas intervenções o nosso sistema financeiro reforçou as condições de solidez e estabilidade, incrementado, deste modo, a confiança de todos os moçambicanos e de todos os clientes do sistema bancário. A solvabilidade média do sistema está em 12,5%, bem acima dos 8% regulamentados pelos critérios de Basileia II.

A intervenção no Moza Banco entra agora na sua etapa final e podemos assegurar que a instituição está preparada e com contas devidamente certificadas para uma recapitalização que almejamos tranquila e sustentável. O processo conducente à liquidação do Nosso Banco, por seu turno, decorre respeitando os termos e prazos estabelecidos por lei.

Ainda que estas medidas tenham sido extraordinárias, logramos reforçar a estabilidade financeira do país, tornando o nosso sistema financeiro com maior capacidade de resiliência aos riscos e adversidades de conjuntura financeira doméstica e internacional. Não descuramos, igualmente, que a estabilidade financeira reforça as nossas expectativas de uma trajectória macroeconómica mais consistente com os fundamentos que temos para o ano de 2017.

No decurso do ano 2016, a par das medidas de política monetária, cambial e de supervisão às instituições financeiras, ora mencionadas, realizámos um conjunto de acções de carácter estruturante que, por certo, contribuíram para a melhoria do desempenho da nossa instituição, sendo de destacar as seguintes:

- O reforço e modernização da comunicação do Banco de Moçambique com a sociedade, em reconhecimento da sua importância para o processo de formação de expectativas. Assim, o Banco de Moçambique passou a fazer conferências de imprensa, após as sessões do Comité de Política Monetária, o que se tem revelado um importante meio para informar de forma mais clara e transparente as suas decisões de política monetária;
- A aprovação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira pelo Comité Directivo da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, cabendo ao Banco de Moçambique a liderança da sua implementação, visando a construção de um sistema financeiro cada vez mais inclusivo e abrangente como contributo para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da nossa população;
- O reforço da função de protecção do consumidor dos serviços financeiros através da criação de uma plataforma de funcionamento da supervisão comportamental por via de acções de atendimento de reclamações e prestação de informação aos clientes financeiros, mais céleres e introdução de inspecções on site às instituições de crédito e sociedades financeiras no país, em complemento da supervisão prudencial, tendo em conta as boas práticas internacionais e a realidade do nosso país, com o objectivo de assegurar uma melhor supervisão da conduta destas instituições;
- A implementação de uma nova metodologia de fiscalização do Sistema Nacional de Pagamentos, baseada nos Princípios para Infraestruturas dos Mercados Financeiros (PFMI), em substituição dos padrões de fiscalização anteriormente em uso. Esta acção enquadra-se na modernização do nosso Sistema Nacional de Pagamentos que, entre outros, tem em vista a salvaguarda dos objectivos de interesse público;
- A aprovação da Política de Gestão de Continuidade de Negócios e o Plano de Continuidade de Negócios, de modo que as operações do Banco de Moçambique sejam mantidas continuamente e os efeitos de perturbações nos seus serviços reduzam ao mínimo, de forma a preservar a confiança dos seus parceiros e do sistema financeiro, contribuindo para o alcance dos objectivos definidos; e

- No âmbito do alargamento das parcerias e busca de financiamento para o país, assessoria ao Governo para a adesão de Moçambique ao Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Austral (PTA), uma instituição vocacionada ao financiamento de grandes infraestruturas e do sector agrícola, de entre outras áreas de interesse para o nosso país, numa altura em que é urgente o financiamento.

No quadro de organização e gestão dos recursos humanos e da melhoria das condições de trabalho na nossa instituição, realizámos várias acções, ao longo de 2016, sendo de destacar as seguintes:

- Alinhámos a Política de Carreiras Profissionais em consonância com o Acordo Colectivo de Trabalho, passando algumas funções do Grupo II para o Grupo I;
- Assegurámos a componente de formação, quer do ponto de vista académico, concedendo bolsas de estudo no país e no estrangeiro, quer através de acções de curta duração e certificação;
- Reforçámos o efectivo, visando responder aos desafios institucionais, mediante o processo de recrutamento externo e desenvolvemos um estudo visando a definição do quadro-tipo de cada Unidade de Estrutura, bem como a revisão da descrição das respectivas funções;
- Aprovámos a estratégia de ajustamento da contribuição dos trabalhadores para o reforço do nosso Fundo de Pensões, com o objectivo de assegurar a sua sustentabilidade; e
- Concluímos a elaboração do Manual de Procedimentos de todas as unidades de estrutura e procedemos ao ajustamento do Manual de Organização, delegando competências aos vários níveis de gestão para flexibilizar o processo de tomada de decisão e de pagamentos no Banco de Moçambique.

As nossas perspectivas para 2017 são de um optimismo moderado, não obstante os riscos de conjuntura doméstica e internacional que subsistem. Se os factores de risco que temos identificados não forem severos e as instituições vocacionadas implementarem as políti-

cas desenhadas, julgamos realizáveis as previsões de inflação média de 14% no fecho do ano e um crescimento económico em torno de 5,5%.

O Banco de Moçambique continuará a orientar a política monetária de forma prudente e flexível, tomando as medidas que se mostrarem necessárias, em tempo oportuno, para salvaguardar os objectivos de estabilidade macroeconómica e estabilidade financeira.

A par da coordenação de políticas monetária e fiscal, estamos solidários e confiantes que o Governo implementará, com sucesso, medidas arrojadas de consolidação fiscal, bem como reformas estruturais que se mostrem adequadas ao resgate da reputação e da credibilidade do país e suas instituições, nos planos internacional e doméstico. Continuaremos a fazer o que nos compete para a retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional, condição para o retorno dos fluxos de capitais bilaterais, multilaterais e privados.

Ao nível do sector financeiro, vamo-nos manter atentos e vigilantes à evolução do sector, reforçando a supervisão prudencial através de inspeções *off* e *on-site*.

Continuaremos a prestar maior atenção à nossa estratégia de comunicação com o público, com vista ao reforço da sua regularidade, tempestividade, transparência e clareza, focando-nos em áreas ligadas não apenas à política monetária, onde já demos passos mais assinaláveis, como também outras áreas de actuação do Banco, com o intuito de contribuir para a redução da assimetria de informação entre os diversos actores no mercado.

Foi movido por este objectivo que instruímos as instituições de crédito para, a partir do mês de Março deste ano, passarem a publicar, trimestralmente, informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez.

No âmbito do nosso engajamento internacional e no quadro dos nossos objectivos, em 2017 continuaremos a alargar a cooperação com as instituições congéneres, visando reforçar a troca de experiência em assuntos de especialidade. Neste contexto, o Banco de

Moçambique, vai acolher, no ano em curso, o VIII Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais da CPLP, um evento de natureza bianual, onde esperamos partilhar experiências sobre a temática da estabilidade financeira, uma matéria que se mostra bastante actual, no contexto das fragilidades que os sistemas financeiros revelaram com a crise financeira e a necessidade de assegurar o retorno da confiança do público em relação ao sector.

A Reunião Anual da AMPI (*African Mobile Phone Financial Services Policy Initiative*) é outro evento de destaque que teremos a honra de receber em Maputo, com a participação de governadores dos bancos centrais e outras individualidades das instituições reguladoras, membros da AFI (*Alliance for Financial Inclusion*) em África, tendo como objectivo principal continuar a encontrar políticas que permitam garantir uma cada vez maior inclusão financeira da população adulta no continente, o que, em última instância, irá permitir a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Ao teminar, permitam-me informar que, como tem sido habitual, os trabalhos do nosso 41.º Conselho Consultivo serão divididos em duas partes. Nos primeiros dois dias, dedicaremos atenção particular a matérias relativas à vida interna da nossa instituição, nomeadamente:

- Balanço das Recomendações do 40.º Conselho Consultivo;
- Balanço Social;
- Balanço da Implementação do Plano Estratégico do Banco de Moçambique do Triénio 2015-2017;
- Arquitectura do Sistema de Informação do Banco de Moçambique;
- Principais Medidas de Política Tomadas pelo Banco de Moçambique em 2016 e seus Resultados; e
- Reflexão sobre o Processo de Recrutamento e Selecção de trabalhadores no Banco de Moçambique.

No terceiro e último dia, conforme tem sido tradição, juntamen-

te com os nossos parceiros, nomeadamente, o Governo, o sector financeiro, o sector privado, as instituições académicas, os organismos internacionais, cidadãos e a comunicação social, iremos debater o tema “Desafios da Modernização do Regime de Política Monetária: O caso do Banco de Moçambique”.

Nas últimas duas décadas tem-se notado uma evolução dos regimes de política monetária em face das diversas transformações nas economias do mundo, que ditaram a alteração dos mandatos dos bancos centrais. Neste contexto, o estudo realizado apresenta algumas ideias e desafios que temos pela frente visando a modernização do nosso quadro de formulação e implementação da política monetária, em conformidade com as boas práticas internacionais.

Ciente da relevância dos temas que serão discutidos, tanto de natureza interna, como o que estará aberto ao debate público, gostaria de apelar para uma participação activa nas sessões, principalmente no concernente à apresentação de propostas que permitam a melhoria do modelo de gestão da nossa instituição, bem como para a adopção e implementação de políticas macroeconómicas e financeiras, consentâneas com o objectivo de desenvolvimento económico e social.

A terminar, declaro aberto o 41.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique e a todos desejo um bom trabalho.

Muito obrigado!

Matola, 25 de Janeiro de 2017

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
DO 41.º CONSELHO CONSULTIVO
DO BANCO DE MOÇAMBIQUE**



“

(...) graças às reformas que foram sendo implementadas ao longo dos últimos anos, Moçambique está em condições de adoptar formalmente um regime de política monetária equiparável ao seguido noutros países da região e não só, que têm taxas de juro como a sua principal variável operacional.

”

Permitam-me, antes de mais, manifestar, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, a nossa gratidão pela vossa honrosa presença neste 41.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique e endereçar as boas vindas a todos os participantes, renovando os votos de um próspero ano de 2017.

Aproveito esta ocasião para, mais uma vez, expressar o nosso apreço aos nossos parceiros pela colaboração que prestam à nossa instituição para que cumparamos com sucesso a missão que nos está atribuída.

Endereço uma saudação especial às autoridades governamentais que, mesmo perante uma conjuntura económica difícil, têm feito o seu melhor para a restituição da estabilidade macroeconómica e financeira, consolidação da paz e promoção do crescimento económico robusto, sustentável e cada vez mais inclusivo e justo.

Gostaria igualmente de aproveitar esta oportunidade para encorajar as instituições de crédito e sociedades financeiras a prosseguirem com a expansão e diversificação dos serviços financeiros por todo o território nacional, mantendo sempre a solidez e robustez do sistema.

Este evento acontece numa altura em que os indicadores económicos mostram já sinais de recuperação e melhoria, quando comparados com os do ano passado.

O ano de 2016 foi particularmente difícil para a economia moçambicana, o que levou o Banco de Moçambique a tomar medidas enérgicas visando conter os efeitos dos choques que a ela esteve sujeita. A inflação, após atingir o pico de 27% em Novembro, desacelerou para 25% em Dezembro de 2016, traduzindo, em parte, os resultados das medidas de aperto monetário que tomámos no último trimestre do ano, num contexto de forte restrição fiscal e orçamental.

A melhoria relativa do comportamento da inflação na parte final do ano e início do presente ano, aliada à apreciação da taxa de câmbio, abre perspectivas mais optimistas para o presente ano, sendo as nossas previsões de inflação em torno de 14%, em linha com o programa do Governo.

Estamos cientes de que são ainda grandes os desafios para que possamos retomar a estabilidade macroeconómica, devido aos riscos que ainda prevalecem na conjuntura doméstica e internacional.

Tais desafios exigirão do Banco de Moçambique, na qualidade de gestor de política monetária e cambial e prudencial, uma atenção e acompanhamento permanente do comportamento dos principais indicadores sob sua gestão, por forma a tomar as medidas que se mostrarem mais adequadas e oportunas, visando assegurar o controlo da inflação, condição importante para que as taxas de juro se tornem mais atractivas ao investimento e conseqüente promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo.

Ao nível da estabilidade do sector financeiro, após as intervenções que efectuámos em 2016 nas duas instituições bancárias com problemas estruturais de liquidez, consideramos que o sistema se mostra hoje mais sólido e capitalizado. Ainda assim, cabe-nos, juntamente com os bancos comerciais, continuar a trabalhar no sentido de criar um ambiente e condições favoráveis para o aprofundamento da intermediação financeira e alargamento da inclusão financeira no país, num ambiente de maior solidez das instituições.

É prática do Banco de Moçambique atribuir especial importância à reflexão conjunta de temas actuais e pertinentes da vida da instituição em particular, e do país em geral, com impacto significativo sobre a economia nacional.

Nos últimos cinco anos, foram debatidos, no último dia das sessões do Conselho Consultivo, vários assuntos, designadamente, a importância das reservas internacionais, o papel do mercado de capitais, os determinantes da poupança, os desafios da inclusão financeira e a importância da estabilidade macroeconómica e do sector financeiro.

Estes debates permitem que a nossa instituição esteja permanentemente actualizada e concorra para o processo de reformas necessárias a introduzir, na formulação e modernização da política monetária. Nesta senda, para este ano, escolhemos o tema *“Desafios da Modernização do Regime de Política Monetária: o Caso do Banco de Moçambique.”*

As motivações para trazermos este tema a debate público são várias, sendo de destacar as seguintes:

1. As transformações estruturais que várias economias, a nível global, vêm experimentando, impulsionadas, entre outros factores, pelo desenvolvimento do sistema financeiro e pela proliferação de inovações tecnológicas, impõem novos desafios à implementação da política monetária, num contexto em que prevalecem regimes ortodoxos, tais como os de metas de taxas de câmbio e de agregados monetários;
2. As âncoras nominais convencionais da taxa de câmbio e de agregados monetários têm-se mostrado ineficientes devido à quebra da relação previsível entre agregados monetários e variáveis reais, tais como o PIB, a produção e o emprego; e
3. Nota-se uma tendência geral para a transição, a nível mundial, de regimes de metas mais ortodoxos para os mais flexíveis e transparentes, tais como as metas de inflação.

Neste contexto, o Banco de Moçambique tem vindo a implementar, desde 2007, um conjunto de reformas no seu quadro de política monetária, visando a criação de um quadro institucional eficiente e que esteja em linha com os melhores princípios e práticas internacionalmente recomendados.

Algumas dessas reformas são as seguintes:

1. A criação do Comité de Política Monetária, órgão responsável pelas decisões de política monetária;
2. A introdução do Sistema de Previsão e Análise de Políticas como o principal instrumento analítico para apoiar o processo de tomada de decisão pelo CPMO;
3. A diversificação de instrumentos de política monetária, destacando-se as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência e Facilidade Permanente de Depósitos para sinalizar a orientação da política monetária e das operações, com bilhetes do tesouro para regular a liquidez do sistema; e

4. O reforço gradual da comunicação e transparência da política monetária que inclui a publicação das decisões de política através dos comunicados e de conferências de imprensa logo após a reunião do CPMO.

O estudo que será a seguir apresentado mostra que, graças às reformas que foram sendo implementadas ao longo dos últimos anos, Moçambique está em condições de adoptar formalmente um regime de política monetária equiparável ao seguido noutros países da região e não só, que têm taxas de juro como a sua principal variável operacional.

Adicionalmente, no quadro do reforço da transparência do processo de formação das taxas de juro que os bancos praticam com os seus clientes, bem assim, do mecanismo de transmissão da política monetária, após entendimento alcançado com a Associação Moçambicana de Bancos, a partir deste ano, o sistema bancário passará a ter um indexante, que deverá ser único para todas as taxas de juro que serão negociadas entre os bancos e os seus clientes. Assim, com base nesse indexante o mercado passará a ter uma taxa de juro *prime* única para todo o sistema.

O estabelecimento do regime de taxa *prime* única permitirá oferecer aos clientes do sistema bancário uma maior base de negociação da taxa final de cada empréstimo a contratar e, por esta via, aumentar a concorrência no sistema. Esse é um dos princípios que consubstanciam a referida modernização dos regimes de política monetária, temática escolhida para a presente edição do Conselho Consultivo.

Temos ainda um longo caminho a percorrer para que a nossa missão seja levada às últimas consequências de forma eficiente. Só seremos bem-sucedidos nesta missão se continuarmos a contar com a colaboração e contribuição de todas as instituições financeiras que operam no país, da comunicação social, dos agentes económicos, de todos e de cada um de nós.

A nossa expectativa em relação aos resultados do debate que hoje realizaremos é muito alta. Esperamos colher contribuições valiosas de todos os presentes, num ambiente de discussão franca e aberta,

porque a única certeza que temos é que são enormes os desafios que se nos colocam para levarmos a bom termo a modernização do quadro de política monetária em que actuamos.

Entre os desafios, convém mencionar a reforma do quadro jurídico-legal em que operamos, os procedimentos operacionais e a estratégia de comunicação que deve evoluir para promover maior clareza e transparência da política monetária.

Termino renovando os votos de boas-vindas a todos os presentes, convidando a todos a um debate construtivo e proveitoso. Tenho a elevada honra de declarar aberta a sessão pública do 41.º Conselho Consultivo do Banco de Moçambique.

Muito obrigado!

Matola, 27 de Janeiro de 2017

**FÓRUM DOS VICE-GOVERNADORES
E SECRETÁRIOS PERMANENTES ADJUNTOS
DA REGIÃO DO MEFMI**



“

(...) tenho um especial interesse pela integração regional, não apenas pelo facto de a África Oriental e Austral constituírem um importante entreposto comercial, como também pelo facto de a integração poder contribuir para a promoção do desenvolvimento económico da região no concernente à melhoria do nível de vida da população; aumento e preservação da estabilidade económica; desenvolvimento de relações mais próximas entre os países-membros do MEFMI, e contribuição para o progresso e desenvolvimento da região.

”

Gostaria de dar as calorosas boas-vindas a todos os participantes, em especial àqueles que visitam o nosso lindo país pela primeira vez, e ao nosso parceiro financeiro deste evento – *Crown Agents*, Gestão de Investimentos.

Estamos aqui reunidos para testemunhar este grande evento – ***O Fórum dos Vice-Governadores e Secretários Permanentes Adjuntos da Região do MEMFI***. Este evento, que é tão antigo quanto o próprio Instituto, tem sido realizado a cada dois anos, e junta Vice-Governadores e Secretários Permanentes Adjuntos da região do MEMFI.

Subscrevo totalmente o discurso de boas-vindas do Dr. Fundanga, quando diz que este Fórum é crucial para garantir um diálogo contínuo entre os decisores de políticas no que tange ao desenvolvimento e gestão económica na região do MEFMI.

Este ano temos como tema principal a integração regional. Gostaria de congratular os organizadores pela escolha de um tema tão importante e tão actual para este debate.

Como região, não podemos, de modo algum, ficar para trás em matéria de integração regional, uma vez que a integração constitui um elemento chave para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

É nosso papel, como guardiões da política monetária e fiscal, garantir que caminhemos em paralelo com o resto do mundo no que concerne à erradicação da pobreza e concretização dos objectivos económicos globais.

É minha convicção que este encontro contribuirá para o desenho de estratégias que possam ser implementadas pelos países-membros do MEFMI, de modo a lidar com os factores que constroem a integração regional em África, ao longo de décadas.

Creio que todos nós concordamos que a integração regional é uma importante fonte de desenvolvimento para África, por diversos motivos, dos quais passo a citar alguns.

Primeiro, a integração regional é vista como um instrumento importante para ajudar o continente a atingir um elevado nível de crescimento económico e desenvolvimento. Deste modo, se África pretende afirmar-se na esfera global, será necessário fortalecer a sua posição económica, sendo a integração regional, sem dúvidas, um instrumento muito importante.

Segundo, tal como referido no Relatório de 2013 sobre a Competitividade Africana, a integração regional é um elemento-chave para melhorar a competitividade, diversificar a base económica e criar empregos em número suficiente para absorver a força de trabalho da população jovem urbana que cresce a cada dia em África.

Permitam-me usar a nossa própria região, a África Oriental e Austral, para mostrar que a integração económica é, de facto, um fenómeno real e urgente.

Nos últimos anos, a África Oriental tornou-se rapidamente num dos principais centros de jazigos de gás natural do mundo. A região ao largo da costa que faz fronteira a nordeste com Moçambique, e a sudeste com Tanzânia, conhecida como a Bacia do Rovuma, contém um volume estimado de mais de 100 trilhões de pés cúbicos de gás natural, tornando-a numa das maiores descobertas de gás a nível mundial.

Várias empresas multinacionais adiantaram-se a aproveitar esta oportunidade – em particular empresas sediadas nos Estados Unidos da América e na Itália. Para os próximos anos, parece ser obrigatória uma abordagem proactiva da região para o desenvolvimento de capacidades regionais, no contexto do crescimento regional da indústria energética, tráfego e infra-estruturas ao largo da costa.

Pessoalmente, tenho um especial interesse pela integração regional, não apenas pelo facto de a África Oriental e Austral constituírem um importante entreposto comercial, como também pelo facto de a integração poder contribuir para a promoção do desenvolvimento económico da região no concernente à melhoria do nível de vida da população; aumento e preservação da estabilidade económica; desenvolvimento de relações mais próximas entre os países-membros do MEFMI, e contribuição para o progresso e desenvolvimento da região.

Para terminar, gostaria de realçar que tenho a convicção que a cooperação é mais eficaz quando conhecemos, confiamos e valorizamos um ao outro, e espero que a excursão que o Banco de Moçambique organizou, contribua para esta cooperação. Sinto-me bastante feliz com esta oportunidade de lhes mostrar um pouco do nosso lindo país.

Orgulhamo-nos do paraíso com que fomos abençoados e da combinação única da diversidade cultural e gastronomia local, com destaque para os mariscos.

Muito obrigado!

Maputo, 8 de Maio de 2017

**5.ª MESA REDONDA DE LÍDERES DA INICIATIVA
AFRICANA DE POLÍTICA DE SERVIÇOS
FINANCEIROS POR VIA DE TELEMÓVEL (AMPI)**



“

Este evento permitiu que os quadros das instituições-membro da AMPI aumentassem os seus conhecimentos em termos de tendências tecnológicas emergentes em matérias de serviços financeiros digitais, incluindo aspectos tão recentes como os relacionados com o RegTech, que permita acelerar a regulamentação dos serviços financeiros, particularmente as FinTech, mesmo que seja por via dos sandbox regulatórios.

”

É com grande emoção que, em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, saúdo a todos vós nesta 5.ª Mesa Redonda de Líderes da Iniciativa Africana de Política de Serviços Financeiros por via de Telemóvel (AMPI), em especial aos nossos distintos participantes e convidados estrangeiros, a quem desejo calorosas boas vindas a Moçambique, em particular à nossa capital, Maputo.

Sei que uma boa parte de vós esteve na nossa cidade aquando da realização do 7.º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), que acolhemos de 1 a 4 de Setembro de 2015, pelo que agradecemos aos nossos co-organizadores por terem aceite a realização de mais um evento da rede da AFI na nossa cidade, em menos de 2 anos.

Estendo as minhas saudações a todos os nossos parceiros dos sectores público e privado, assim como aos nossos parceiros internacionais, com quem mantemos uma profícua colaboração em prol dos objectivos que perseguimos, em particular o da promoção da inclusão financeira, bem como a todos os participantes deste evento, em especial à Dra. Luísa Diogo que, apesar da sua agenda preenchida, aceitou ao nosso convite para ser a nossa oradora principal neste evento.

Desde a sua formalização, em Fevereiro de 2013, cinco anos após a criação da AFI, a AMPI tem estado a organizar vários eventos, onde se destacam as sessões de formação em matérias de regulamentação e fiscalização dos serviços financeiros digitais e as mesas redondas dos líderes da iniciativa.

Neste contexto, deixe-me referir que a anteceder a realização desta 5.ª Mesa Redonda de Líderes da AMPI, teve lugar, nos dias 9 e 10 de Maio de 2017, neste mesmo local, mais um evento de formação sob o lema *“Abordagens para Melhorar a Inclusão Financeira através de Serviços Financeiros Digitais”*.

Este evento permitiu que os quadros das instituições-membro da AMPI aumentassem os seus conhecimentos em termos de tendências tecnológicas emergentes em matérias de serviços financeiros digitais, incluindo aspectos tão recentes como os relacionados com o *RegTech*, que permita acelerar a regulamentação dos serviços financeiros, particularmente as *FinTech*, mesmo que seja por via dos *sandbox* regulatórios.

Os nossos quadros partilharam e debateram ainda as melhores práticas na implementação de regulamentos sobre conheça o seu cliente, vulgo KYC, com destaque para as inovações, tendências, desafios e oportunidades, tendo em conta uma abordagem baseada no equilíbrio entre as inovações, os riscos que devem ser mitigados e a efectiva regulamentação, entre outros aspectos. Temos um feedback positivo deste evento de formação.

Hoje inicia mais um desses eventos, a 5.^a Mesa Redonda de Líderes da AMPI, a terminar amanhã, cujo lema é *“Impulsionando Mudanças em África para uma Inclusão Financeira assente na Inovação”*, uma temática relevante e actual no contexto da promoção da inclusão financeira no nosso continente, particularmente a inclusão de grupos menos favorecidos, como são as mulheres, jovens, micro, pequenas e médias empresas, como as que actuam no sector agrícola onde o nosso continente tem um grande potencial.

Assim, é minha convicção que, perante este lema sairemos daqui com uma orientação mais clara sobre abordagens concretas que precisamos de pôr em prática para imprimir maior dinâmica na adopção da inovação na concepção de produtos e serviços financeiros e modelos de negócio adequados à promoção da inclusão financeira no nosso continente.

Graças ao envolvimento da AFI e AMPI, os reguladores e formuladores de políticas financeiras em África estão a criar um ambiente regulatório mais favorável aos serviços financeiros digitais, promovendo a inclusão financeira digital no continente.

Com efeito, de acordo com os dados publicados pela *Groupe Speciale Mobile Association* (GSMA), a associação global das redes de telefonia móvel, o nosso continente passou de cerca de 100 milhões de contas registadas nas diversas plataformas das redes de telefonia móvel em finais de 2012, pouco antes da formalização da AMPI, para 277 milhões em Dezembro de 2016, cerca de 55% do total de contas móveis registadas em todo o mundo e mais do que o número total de contas bancárias no continente.

Nos últimos anos, assistimos também a uma maior diversificação na utilização da moeda electrónica, passando das transacções mais

comuns entre a população de muitos países africanos, como compras de recargas, transferências e os depósitos e levantamentos de moeda física, para transacções um pouco mais sofisticadas, como pagamento de contas aos fornecedores de serviços (como água e luz), recebimento ou pagamento de salário e de diversos bens e serviços no dia a dia da nossa população, incluindo a compra de obrigações de tesouro.

Estatísticas indicam que mais de 40% da população adulta, em vários países do continente, particularmente na África Oriental, onde o dinheiro electrónico tem uma história e maturidade mais longa, utiliza esta forma de dinheiro de forma activa.

Estas informações encorajam-nos a mantermo-nos na vanguarda da criação de um ambiente apropriado para a actuação das empresas prestadoras de serviços financeiros digitais, em linha com as recomendações da nossa 4.^a Mesa Redonda de Líderes da AMPI, realizada em Dakar, Senegal, em Fevereiro do ano passado, nomeadamente:

- O reforço da cooperação entre as instituições reguladoras do sector financeiro e do sector das telecomunicações em matérias relativas aos serviços financeiros digitais;
- O aumento da colaboração entre reguladores financeiros das diferentes jurisdições para permitir e facilitar as remessas transfronteiriças por via da moeda electrónica, visto que esta está a provar ser uma forma acessível, eficiente e conveniente de envio de pequenos montantes de um país para o outro pela população, embora haja desafios em torno da regulamentação cambial, de gestão de riscos, incluindo a questão de *know your customer* (KYC);
- A facilitação do diálogo interno entre os participantes no mercado para acelerar a interoperabilidade efectiva e conta a conta das plataformas dos prestadores de serviços financeiros digitais, apesar de estarmos a assistir à existência de algum progresso nesta matéria;

- A promoção dos serviços financeiros digitais para micro, pequenas e médias empresas, no quadro do Acordo de Maputo, e privilegiar as reformas de políticas para reforçar o apoio ao financiamento agrícola, pelo que apelamos às instituições membro da AMPI para que ampliem os seus compromissos no âmbito do Acordo de Maputo; e
- A promoção de políticas inclusivas para as mulheres, no quadro do Plano de Acção de Denarau, especialmente no aproveitamento das novas tecnologias, adoptando regulamentação financeira favorável à participação das mulheres no sector financeiro.

Para o caso de Moçambique, permitam-me informar que em 2016 foi aprovada a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, que tem como prioridade o estabelecimento de medidas de política e acções que visem, entre outros, acelerar a expansão dos pontos de acesso aos produtos e serviços financeiros pelo país inteiro.

Para terminar, reitero os votos de boas vindas e de calorosas saudações a todos os presentes nesta 5.^a Mesa Redonda de Líderes da AMPI, convicto de que a troca de experiências e conhecimentos bem como o debate franco e aberto ao longo destes dois dias irão proporcionar ideias em prol da utilização da inovação, visando a melhoria da inclusão financeira em África.

Muito obrigado!

Maputo, 11 de Maio de 2017

**LANÇAMENTO DA SÉRIE 2017
DE NOTAS DO METICAL
– CONFERÊNCIA DE IMPRENSA**



“

A série de 2017, tal como a de 2011, não contemplará moedas metálicas. Nesse sentido, manter-se-ão em circulação as moedas que ostentam a data de 2006, altura da emissão da “nova família do Metical.

”

Em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome gostaria de, neste dia festivo das comemorações da criação do Banco de Moçambique, começar por endereçar a todos as nossas calorosas boas-vindas e agradecer a vossa presença, que muito me honra e sensibiliza.

Em 2006, o Banco de Moçambique procedeu à reforma da moeda nacional, adoptando a terceira família do Metical, ou seja, a família “Banco de Moçambique”. Esta família sucedeu às duas primeiras, designadamente, a família “República Popular de Moçambique” e a família “República de Moçambique” que terminaram o seu curso legal aos 31 de Dezembro de 2012.

Decorridos cerca de cinco anos após a introdução da terceira família do Metical e face à evolução, cada vez mais acelerada, das tecnologias de impressão aliada à necessidade de assegurar uma protecção mais eficaz das notas, mostrou-se necessário ajustar os elementos de segurança em 2011. Foi neste contexto que tivemos a honra de introduzir as novas notas com dispositivos de segurança melhorados e dotadas de elementos que facilitam a identificação das várias denominações através do tacto.

Outro marco assinalável nos melhoramentos efectuados foi a alteração do substrato das notas de 20 MT, 50 MT e 100 MT. A escolha destas denominações resultou do facto de se tratarem de notas de maior circulação e, por conseguinte, sujeitas a maior desgaste. Em resultado das pesquisas efectuadas com vista ao reforço da consistência das notas, optámos por substituir o substrato de papel pelo polímero, que é um material sintético, particularmente ajustado aos climas húmidos.

Com a adopção do novo substrato, reduzimos, significativamente, os custos associados à reposição de notas degradadas. Cumprimos também com o nosso desígnio de fornecer ao público notas em quantidade suficiente e com a qualidade necessária. Importa referir que, de 2011 até à data, ainda não detectámos uma única nota contrafeita em substrato de polímero, o que constitui um marco inédito mesmo a nível internacional. Nas notas de papel, as contrafações ou falsificações detectadas são de fácil identificação à vista desarmada.

As boas práticas nestas matérias recomendam que, de cinco em cinco anos, sejam revistas as características e os elementos de segurança das notas. Neste sentido, importa referir que da avaliação realizada pelo Banco de Moçambique se concluiu que os elementos de segurança das notas do Metical continuam robustos.

Aproximando-se, todavia, mais uma data de comemoração do Metical, símbolo da nossa soberania como país, julgamos estar perante uma oportunidade para o lançamento de mais uma série da moeda nacional, contendo uma nova assinatura e data.

É neste âmbito que, tenho a honra de anunciar o lançamento da nova série do Metical, hoje, dia 17 de Maio de 2017, data em que se comemora a criação do Banco de Moçambique, sendo que a circulação efectiva das novas notas terá lugar no dia 16 de Junho de 2017 – dia do Metical.

A série de 2017, tal como a de 2011, não contemplará moedas metálicas. Nesse sentido, manter-se-ão em circulação as moedas que ostentam a data de 2006, altura da emissão da *“nova família do Metical”*.

Neste sentido, a circulação da série 2017 será simultânea com as séries 2006 e 2011 de notas do Metical que ostentam as assinaturas dos antigos Governadores, nomeadamente, Adriano Afonso Maleiane, com a data de 16 de Junho de 2006 e Ernesto Gouveia Gove, com a data de 16 de Junho de 2011. De realçar que não haverá processo de troca nem data limite de circulação das notas das séries 2006 e 2011.

Como se pode depreender permanecem os elementos de segurança e, consequentemente, os motivos das notas do Metical colocadas em circulação em 2011, mantendo-se assim presente o enaltecimento dos valores do nosso património cultural, histórico, faunístico e económico.

Termino esta minha intervenção reiterando os meus agradecimentos pela vossa presença e apelando à participação de todos na dignificação e conservação das notas e moedas do Metical.

Conservando o nosso Metical, poupamos divisas ao país

Muito obrigado!

Maputo, 17 de Maio de 2017

INAUGURAÇÃO DOS NOVOS EDIFÍCIOS DA SEDE



“

(...) há sensivelmente dez anos, o Conselho de Administração do Banco de Moçambique, então dirigido pelo Governador Ernesto Gove, entendeu que, após 32 anos de funcionamento em instalações construídas na época colonial, mais precisamente no ano de 1963, era chegada a hora de dotar o banco central de instalações mais condignas, que espelhassem o futuro do país que estamos a edificar.

”

É com enorme satisfação que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, cumprimento as distintas individualidades presentes nesta cerimónia solene, dirigindo, em particular, as nossas respeitosas saudações de boas-vindas a Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, que muito nos honra com a sua presença, apesar de possuir uma agenda muito preenchida.

Estendo os nossos cumprimentos a todos os ilustres convidados, que acederam ao convite para testemunhar a inauguração dos nossos edifícios, a qual traduz a materialização de um projecto há muito aguardado por todos.

Com efeito, há sensivelmente dez anos, o Conselho de Administração do Banco de Moçambique, então dirigido pelo Governador Ernesto Gove, entendeu que, após 32 anos de funcionamento em instalações construídas na época colonial, mais precisamente no ano de 1963, era chegada a hora de dotar o banco central de instalações mais condignas, que espelhassem o futuro do país que estamos a edificar.

Foi nessa perspectiva que a 16 de Junho de 2011 foi lançada a primeira pedra para a sua construção, para a qual foi seleccionada a empresa Henrique Castro Amaro como projectista e fiscal das obras, e a empresa Teixeira Duarte Engenharia e Construção, Limitada, como empreiteiro principal.

Estiveram envolvidos no processo de construção uma média de 1.430 trabalhadores de diversas especialidades, maioritariamente moçambicanos, tendo o pico da mão-de-obra contratada sido de 2.400, entre Outubro e Dezembro de 2015.

Nesta ocasião especial, gostaria de endereçar os nossos agradecimentos a todas as individualidades e instituições que permitiram que este projecto se tornasse hoje uma realidade. Na impossibilidade de nomear a todos, gostaria de agradecer às seguintes entidades:

- Ao Conselho Municipal da Cidade de Maputo, instituição que nos cedeu o espaço onde hoje nos encontramos, no âmbito de uma parceria estratégica digna de registo;

- À Direcção Nacional do Património Cultural, pelo aconselhamento e enquadramento arquitectónico do projecto nesta zona histórica da cidade de Maputo;
- À FIPAG, EDM e Águas da Região de Maputo, pelo esforço empreendido no fornecimento de energia e água;
- Aos nossos consultores, projectistas, empreiteiro e fiscais, pelo trabalho abnegado e incansável;
- Aos nossos vizinhos, pessoas individuais e colectivas, pela compreensão e tolerância demonstrados em todas as fases de construção;
- Aos trabalhadores do Banco de Moçambique, pela incomensurável paciência e pelo elevado profissionalismo que demonstraram, ao desempenharem as funções que a nossa Lei Orgânica consagra, algumas vezes em situações muito precárias; e
- Por fim, mas não menos importante, gostaria de prestar uma merecida homenagem ao Dr. Ernesto Gove e ao Conselho de Administração que presidiu no exercício das suas funções de Governador do Banco de Moçambique, pela visão e coragem na tomada da decisão de erguer este complexo de edifícios.

Termino, assim, reiterando os meus agradecimentos pela honrosa presença de Vossas Excelências.

Muito obrigado!

Maputo, 3 de Julho de 2017

**BRINDE ALUSIVO AO ENCERRAMENTO
DO ANO ECONÓMICO**



“

Não obstante os resultados positivos [...] a estabilidade macroeconómica foi alcançada com custos para a sociedade. Assim, relançar a actividade económica para os padrões médios de crescimento que vínhamos registando vai continuar a exigir reformas, disciplina fiscal e trabalho abnegado de todos os moçambicanos.

”

É com elevada honra que, em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique e em meu nome, cumprimento todos os presentes nesta cerimónia de brinde de fim de ano, que tem lugar, pela primeira vez, nas nossas novas instalações, desejando a todos que desfrutem, de seguida, da beleza da vista que este edifício proporciona.

Com este evento pretendemos, em termos macroeconómicos, fazer o balanço preliminar de 2017 e perspectivar o ano de 2018, em termos macroeconómicos. Nesta ocasião de balanço, gostaria de endereçar os nossos agradecimentos ao Governo, às instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no país, ao sector privado, às associações económicas e socioprofissionais, à comunidade académica, aos parceiros de cooperação internacional e à comunicação social, pela contínua colaboração prestada ao Banco de Moçambique, a qual tem contribuído, em grande medida, para o cumprimento da nossa missão de preservar o valor da nossa moeda – o Metical, e assegurar a estabilidade do sector financeiro.

No ano que está prestes a findar, assistiu-se a um retorno gradual à normalidade dos indicadores económicos e financeiros, que se haviam degradado substancialmente no ano anterior. Estas melhorias são, em grande parte, o reflexo das medidas vigorosas que tomámos visando repor a estabilidade macroeconómica, que contaram também com o concurso de medidas e reformas importantes encetadas pelo nosso Governo no quadro de políticas públicas orientadas à estabilização da nossa economia.

Desta forma, a inflação anual, medida pela evolução do índice geral de preços de Moçambique, desacelerou significativamente do pico de 27%, observado em Novembro de 2016, para 7,15% em igual mês de 2017, traduzindo o efeito da política monetária restritiva sobre a procura agregada, sem descurar as medidas de consolidação fiscal implementadas pelo Governo em matéria de subsídios diversos aos preços, num contexto em que a produção interna de frutas e vegetais incrementou.

Ao longo de 2017, a taxa de câmbio do Metical face às principais moedas internacionais transaccionadas no mercado cambial moçambicano apresentou-se bastante estável, estando o Metical a

registar uma recuperação assinalável, a exemplo da cotação contra o Dólar dos Estados Unidos da América, que baixou de 71 meticais em Dezembro de 2016 para cerca de 60 meticais, actualmente.

A estabilidade cambial resulta das medidas de política monetária adoptadas, visto que em nenhum momento abandonámos o princípio de taxa de câmbio flutuante.

A introdução da taxa de câmbio de referência e do princípio de unicidade de taxa de câmbio favoreceu o desiderato de estabilidade cambial, para além de ter reforçado a transparência e a competitividade no mercado.

As nossas reservas internacionais incrementaram substancialmente no ano em revista, mercê da melhoria das exportações moçambicanas e da confiança dos agentes económicos. A estes factores acresce mencionar a entrada recente de mais-valias a favor do Estado no valor de USD 352 milhões, elevando o saldo das nossas reservas brutas para pouco mais três biliões de dólares até a presente data, estando o nível de cobertura próximo de 7 meses, quando em Dezembro de 2016 este indicador se situava ligeiramente abaixo de 3 meses.

No primeiro trimestre de 2017 alterámos o mecanismo de formulação e implementação da política monetária, tendo introduzido a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, que guia o mecanismo de intervenções no mercado monetário interbancário, em substituição da base monetária, até então a variável operacional da política monetária.

A taxa MIMO constitui a base para a determinação do indexante único que todos os bancos se comprometeram a adoptar no processo de determinação das taxas de juro de empréstimo, através do acordo rubricado entre o Banco de Moçambique, os bancos comerciais e a Associação Moçambicana de Bancos. A partir desse indexante, o sistema financeiro passou a ter uma taxa de juro *prime* uniforme, e a sua divulgação regular pelo vasto público permitiu reforçar a transparência, assim como promover uma maior competitividade no mercado.

Depois das intervenções que fizemos em 2016 a duas instituições de crédito, em face dos graves problemas de solvabilidade que as mesmas apresentavam, hoje o nosso sistema financeiro se mostra mais sólido e capitalizado para fazer face a choques, estando o rácio de solvabilidade do sistema em redor de 20%, bem acima dos 8% regulamentados pelos princípios de Basileia I e II.

Ainda na perspectiva de continuar a ter um sistema financeiro mais robusto e sólido, no âmbito das medidas prudenciais, reforçámos os capitais mínimos para as instituições de crédito, com destaque para o capital social mínimo dos bancos, alterámos a composição dos fundos próprios das instituições de crédito, elevámos os rácios e limites prudenciais das instituições de crédito, com destaque para o incremento do rácio de solvabilidade dos bancos, e introduzimos o rácio de liquidez para monitorar níveis de liquidez no sistema bancário.

Para que os cidadãos possam aferir, por si, o nível de robustez das instituições, introduzimos, a partir de Março deste ano, a obrigatoriedade de os bancos publicarem regularmente a informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez. Introduzimos, igualmente, o princípio de publicação, pelo Banco de Moçambique, do nome das instituições financeiras que tenham sido penalizadas em decorrência de infracções que tenham cometido no exercício das respectivas funções.

No domínio da implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, e mais concretamente no que concerne à materialização dos objectivos da nossa Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, operacionalizámos o Comité Nacional de Inclusão Financeira, com a formalização dos grupos de trabalho e a realização do seu primeiro encontro de trabalho.

Estamos convictos de que, com esta etapa, estão criadas as condições para a continuação da melhoria dos níveis de inclusão financeira no país, principalmente no que diz respeito ao acesso físico ou electrónico aos serviços financeiros prestados pelas instituições financeiras e à expansão territorial ao nível dos distritos e localidades.

No âmbito da função emissora, e tomando a oportunidade da data comemorativa da nossa moeda, lançámos a Série 2017 de notas do Metical, que mantém as mesmas características de qualidade e segurança que a anterior de 2011, apresentando apenas, como novos elementos, a assinatura e a data.

Por outro lado, no esforço permanente de melhoria das condições internas de trabalho, e tendo em vista continuar a garantir uma apropriada prestação de serviços ao Estado e às instituições bancárias, ao mesmo tempo assegurar uma adequada preparação para a integração regional, inaugurámos, aqui na sede do Banco de Moçambique, um complexo de três edifícios modernos, que respondem aos padrões exigidos internacionalmente à indústria bancária.

Com o objectivo de criar maiores sinergias entre o investimento estrangeiro e nacional, num quadro de maior igualdade de oportunidades, no âmbito das competências que o Governo nos atribuiu, emitimos, muito recentemente, um Aviso que introduz alterações significativas ao Regulamento Cambial, orientadas a proporcionar maior flexibilidade e celeridade nas transacções com o exterior, sem perigar os princípios de registo, de dever de verificação e de exercício pleno da função de autoridade cambial reservada ao Banco de Moçambique.

Aliás, nesta esteira, já havíamos liberalizado, nos princípios do ano, os limites de utilização de cartões de pagamento electrónico por todos os clientes do sistema financeiro moçambicano, até então fixado em 700 mil meticais. É nossa convicção que estes passos conferem maior responsabilidade a todos os intervenientes nas transacções cambiais, mas, por outro lado, têm um efeito multiplicador incomensurável na dinamização dos investimentos no nosso país, seja por agentes económicos estrangeiros, seja por nacionais.

Não obstante os resultados positivos que acabo de sublinhar, a estabilidade macroeconómica foi alcançada com custos para a sociedade. Assim, relançar a actividade económica para os padrões médios de crescimento que vínhamos registando vai continuar a exigir reformas, disciplina fiscal e trabalho abnegado de todos os moçambicanos.

Até ao terceiro trimestre do presente ano, a economia cresceu apenas 3%, quando, nos 8 anos anteriores a 2016, a mesma vinha crescendo em redor de 7%.

Adicionalmente, apesar dos esforços empreendidos na colecta de impostos, as receitas do Estado continuam aquém do necessário para financiar as despesas, ressentindo-se da suspensão do apoio directo ao orçamento por parte dos doadores e parceiros de cooperação, aspecto que coloca desafios acrescidos ao sector fiscal.

Para o ano que se avizinha, a política monetária será orientada para a manutenção de uma inflação baixa e controlada, ao nível de um dígito, havendo espaço, ainda assim e na dimensão e velocidade da execução das reformas fiscais projectadas, para que a mesma seja suficientemente flexível e prudentemente descomprimida, contribuindo deste modo para que o sector privado da economia seja o principal beneficiário dos poucos recursos financeiros que o nosso sistema possui, o que, a concretizar-se, reflectirá o esforço conjunto de todos nós a bem da retoma da nossa economia a breve trecho.

Ao nível do sector financeiro, reforçaremos a vigilância macroprudencial, para monitorarmos os riscos potenciais que possam afectá-lo, bem assim a microprudencial, para que todas as instituições observem as boas práticas internacionais e cumpram rigorosamente com as nossas recomendações e normas, no âmbito da supervisão *on site* e *off site* com base nos princípios de Basileia II e no risco, visando evitar a degradação da saúde financeira das instituições.

Ainda no âmbito dos esforços de manutenção da estabilidade financeira, vamos introduzir reformas regulatórias visando mitigar o risco decorrente da crescente exposição das instituições financeiras moçambicanas às operações com o exterior.

Estas medidas prudenciais estão alinhadas com o preconizado pelo Comité de Basileia para o reforço da supervisão no domínio da actividade transfronteiriça das instituições, dado o seu potencial para transmitir choques externos aos sistemas financeiros dos países envolvidos.

Submeteremos, igualmente, ao Governo uma proposta de revisão da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, mais ajustada a um regime de resolução bancária adequado para o caso moçambicano e seguindo as boas práticas internacionais, o que irá flexibilizar a nossa actuação em caso de necessidade de intervenção para correcção de situações de instabilidade das instituições de crédito.

Contudo, o alcance destes objectivos exige a contribuição de todos nós – o sistema financeiro, as empresas e o Governo –, para que seja possível vencer os riscos que se vislumbram no horizonte de curto a médio prazo, tanto de conjuntura doméstica como de conjuntura internacional, os quais, se não acautelados, podem colocar em risco toda a estabilidade alcançada.

Em nosso entender, os principais desafios para a materialização dos objectivos já anunciados incluem a manutenção de uma paz duradoura, a continuação dos esforços de consolidação fiscal já iniciados com o recente pacote de racionalização de despesas, a não ocorrência de choques climáticos e a estabilidade dos preços das mercadorias no mercado internacional.

Termino, assim, a minha intervenção, agradecendo a presença de todos e formulando votos de festas felizes e um próspero 2018 para todos vós e as vossas estimadas famílias!

Muito obrigado!

Maputo, 18 de Dezembro de 2017

